



CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA A DIVERSIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

CAMINOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA EDUCACIÓN SEXUAL PARA LA DIVERSIDAD: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

PATHWAYS FOR THE DIALOGICAL CONSTRUCTION OF SEX EDUCATION FOR DIVERSITY: A SYSTEMATIC REVIEW

Revista
Diversidade
e Educação

*Ana Clara Azanha do Nascimento*¹

*Jamille Georges Reis Khouri*²

*Edna Maria Severino Peters Kakhale*³

*Beatriz Borges Brambilla*⁴

RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão crítica acerca da educação sexual brasileira, sob o prisma metodológico da Psicologia Sócio-Histórica e do materialismo histórico-dialético. Para tal, realizou-se uma revisão sistemática da literatura sobre ações de educação sexual em escolas brasileiras, abrangendo 17 produções indexadas no banco de dados SciELO entre 2017-2021. Foram mapeadas as concepções de adolescência, sexualidade e as características das intervenções investigadas. Verificou-se (1) a incongruência entre a proposta dos documentos de Parâmetros Curriculares Nacionais e as intervenções realizadas nas escolas; (2) significativo sofrimento de adolescentes

¹ Graduanda em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

² Doutoranda em Psicologia Clínica (PUC-SP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

³ Doutora em Psicologia Experimental (USP-SP). Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

⁴ Doutora em Psicologia Social (PUC-SP). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, Brasil.

LGBTQIA+ devido a invisibilização de pautas referentes à diversidade. Enfatiza-se que a lacuna existente na educação sexual em âmbito escolar inflige obstáculos à criação de autonomia e autocuidado em saúde sexual neste período. Urge, portanto, a ruptura com a educação sexual tradicional em prol de uma construção crítica, imune aos imperativos mercadológicos e comprometida com pressupostos antirracistas, antissexistas, anticapacitistas e anti-LGBTQIA+fóbicos.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Educação sexual. Adolescência. Revisão de literatura.

RESUMEN

El presente artículo propone una discusión crítica sobre la educación sexual brasileña, desde la perspectiva metodológica de la Psicología Socio-Histórica y del materialismo histórico-dialéctico. Para ello, se realizó una revisión sistemática de la literatura sobre acciones de educación sexual en escuelas brasileñas, incluyendo 17 producciones indexadas en la base de datos SciELO entre 2017-2021. Se mapearon las concepciones de adolescencia, sexualidad y las características de las intervenciones investigadas. Se verificó (1) la incongruencia entre la propuesta de los documentos de Parámetros Curriculares Nacionales y las intervenciones realizadas en las escuelas; (2) el significativo sufrimiento de adolescentes LGBTQIA+ debido a la invisibilización de temas referentes a la diversidad. Se enfatiza que la brecha existente en la educación y orientación sexual en el ámbito escolar inflige obstáculos a la creación de autonomía y autocuidado en salud sexual en este período. Urge, por lo tanto, la ruptura con la educación sexual tradicional en favor de una construcción crítica, imune a los imperativos mercadológicos y comprometida con presupuestos antirracistas, antissexistas, anticapacitistas y anti-LGBTfóbicos.

PALABRAS-CLAVE: Diversidad. Educación sexual. Adolescencia. Revisión de literatura.

ABSTRACT

This article proposes a critical discussion about Brazilian sexual education, using the methodological perspective of Socio-Historical Psychology and historical-dialectical materialism. To do so, a systematic review of the literature on sexual education actions in Brazilian schools was carried out, including 17 productions indexed in the SciELO database between 2017-2021. The conceptions of adolescence, sexuality, and the characteristics of the interventions investigated were mapped. It was verified (1) the incongruence between the proposal of the National Curriculum Parameters documents and the interventions carried out in schools; (2) significant suffering of LGBTQIA+ adolescents due to the invisibility of issues related to diversity. It is emphasized that the gap in sexual education and guidance in the school environment imposes obstacles to the creation of autonomy and self-care in sexual health during this period. Therefore, it is urgent to break with traditional sexual education in favor of a critical construction, immune to market imperatives and committed to anti-racist, anti-sexist, anti-ableist, and anti-LGBTphobic assumptions.

KEYWORDS: Diversity. Sexual education. Adolescence. Aiterature review.

* * *

Introdução

Nesta introdução, abordar-se-á a conjuntura brasileira da última década, articulando as ações políticas vinculadas à repressão sexual, tais como se apresentam enquanto políticas de sexualidade configuradas segundo a lógica hegemônica do capitalismo global, como analisa Rubin (1998). Em seguida, analisar-se-á, a partir de uma revisão bibliográfica, como essas questões sociais têm impactado a produção de alternativas dialógicas na educação sexual brasileira.

Neste estudo adotaremos o conceito de “educação sexual” em detrimento de termos usualmente identificados como sinônimos possíveis (e.g orientação sexual), uma vez que compreendemos a orientação sexual como o direcionamento afetivo e/ou sexual dos sujeitos, afastando, portanto, o papel de orientar a sexualidade de um indivíduo, da escola (SOUZA, 2018). Consideraremos, ainda, a tese de Dinis e Asinelli-Luz (2007):

Um trabalho de educação sexual significa problematizar a sexualidade, não no sentido de encará-la como problema a ser resolvido, mas de questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade seja compreendida com um aspecto predominantemente histórico-cultural, e para que os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e do feminino, bem como as diversas imagens de ter prazer com o próprio corpo e/ ou com o corpo do/a outro/a sejam desconstruídos, permitindo novas vivências acerca da sexualidade. (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2020, p. 06).

Nesse sentido, para compreender as categorias de gênero e sexualidade, inerentes à formação dos seres sociais, é preciso debruçar-se sobre a organização da produção e reprodução da vida social na comunidade em que se pretende analisar. A maneira como uma sociedade organiza sua produção material tem reflexo direto na forma como distribui o poder e a forma como dá sentido ao mundo (NOGUEIRA, PEREIRA & TOITIO, 2020). À vista disso, compreende-se que, para estudar a violência contra minorias, neste caso, a população LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais), e suas estratégias de enfrentamento, deve-se ter como tarefa o entrelaçamento entre as categorias de gênero e sexualidade e a análise das expressões conjunturais do território. No que tange ao Brasil, parte-se das particularidades de um país latino-americano periférico de capitalismo dependente, cujos ataques neoliberais, conservadores e religiosos acarretam a repressão à educação sexual.

Um exemplo central de elaborações políticas estratégicas referentes à sexualidade é o Projeto de Lei 193/2016, consolidado como um movimento denominado “Escola Sem Partido”. As propostas defendidas pelo movimento visavam introduzir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a criminalização de uma educação emancipatória em prol do avanço de uma agenda ultraliberal (LIMA; HYPOLITO, 2020). Alinhado aos interesses políticos e ideológicos de classes conservadoras, o programa, que se autodeclarava “politicamente neutro”, combatia, entre outros tópicos, o ensino da dita “ideologia de gênero”. Esse termo, cunhado e propagandeado por setores fundamentalistas, denunciava a suposta decadência do que Nogueira, Pereira e Toitio (2020) chamariam de “*ideologia do gênero heteroatribuído*”. Em outras palavras, espriava-se a ideia de que o ensino de direitos humanos de mulheres e pessoas LGBTQIA+ infringia a conduta social vinculada à correspondência entre o gênero atribuído no nascimento e a sua respectiva expressão (NOGUEIRA, PEREIRA & TOITIO, 2020).

A repercussão dessas concepções ilustra a noção de que a sexualidade e as questões de gênero são assuntos de esfera privada que não podem, de maneira alguma, ter espaço no ambiente escolar (LIMA; HYPOLITO, 2020). Apesar de não ter sido aprovado no Congresso Nacional, esse mesmo discurso reacionário segue vigente em programas políticos, e auxilia na ascensão do neoliberalismo conservador no país.

Esse fenômeno não se dá de forma despropositada ou mesmo desplanejada – trata-se, inclusive, de um projeto que visa vincular a “variedade erótica” à periculosidade, a uma patologia que ameaça desde o público infantil até a segurança nacional, incitando “idéias de pecado sexual, conceitos de inferioridade psicológica, anticomunismo, histeria de massa, acusação de bruxaria, e xenofobia” (RUBIN, 1998).

Nas eleições brasileiras de 2018, por exemplo, ressurgiu a subversão do programa “Escola Sem Homofobia”, criado em 2009 e atacado por forças de direita desde o seu lançamento. Financiado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), o projeto foi elaborado como tática de combate à LGBTfobia nas escolas e ganhou notoriedade por ter gerado fortes polêmicas na dinâmica social brasileira (RODRIGUES; SILVA, 2020). Os materiais didáticos eram constituídos por filmes e cartilhas para educadoras(es), alicerçados nas diretrizes do MEC e idealizadas pelo Ministério dos Direitos Humanos. Antes de compreender o efeito político posterior de

seus ataques, vale ressaltar a denúncia feita por Rodrigues e Silva (2020), acerca do caráter dos cadernos produzidos:

Os excertos (...) do caderno de conteúdo do Escola Sem Homofobia expõem em suas superfícies aquilo que desejam produzir na escola: uma forma de lidar com a diversidade sexual, constituindo uma cultura de convivência entre as diversidades. (...) Uma educação que ainda vê o “outro” distante, aquele que não sou eu. (...) A fabricação de identidades “legítimas”, adequadas aos padrões prescritos nos enunciados, não estaria aprisionando a Diferença que pode emergir dos corpos? A condução de certas práticas sexuais no Escola Sem Homofobia indica que, para que sejam aceitos, respeitados ou, ainda, para que seus direitos sejam efetivamente garantidos, os sujeitos de que fala precisam elaborar consigo mesmos, enquanto relação ética, uma roupagem estética e performática de suas experiências de gênero e sexualidade que se alinhe ao aceitável, dentro da própria lógica da diversidade em suas conexões e afastamentos em relação ao padrão heteronormativo ainda referente quando nos situamos no campo da identidade. (RODRIGUES; SILVA, 2020, p. 11).

No texto, o autor e autora tecem uma crítica acerca das compreensões da própria condição humana apresentadas nos materiais, argumentando que o discurso transmitido acarreta sentidos e significações de sexualidade que, justamente por estarem realocados em um referencial social-democrata, seguem inseridos em uma lógica político-econômica neoliberal de regulação da vida e dos corpos. Isso se explica pela compreensão de que a estratégia democrático-popular é, por definição, a “manutenção da ordem capitalista, com eventuais ganhos para a classe trabalhadora” (LAGE, 2019). Ilustra-se essa concepção a partir da conduta de veto sem resistência adotada pela gestão petista no momento em que o programa “Escola Sem Homofobia” passou a ser atacado pela classe dominante, ocasionando o desmonte e levando o conteúdo a sequer ser veiculado (RODRIGUES; SILVA, 2020).

Apesar das conquistas obtidas nos anos 2000 no âmbito executivo, com a criação de programas de políticas sociais voltadas para a população LGBTQIA+, não houve direcionamento de recursos suficientes para tais programas, e, no âmbito dos poderes Legislativo e Judiciário, pouco se avançou. Observou-se, assim, a dificuldade política da frente progressista frente à bancada fundamentalista, na medida em que a primeira optou pelo rebaixamento da linha política em detrimento de reformas estruturais efetivamente mobilizadoras e dilatadoras da consciência popular, cedendo, posteriormente, ao golpe de 2016, que retirou a presidente Dilma Rousseff do cargo (NOGUEIRA, PEREIRA & TOITIO, 2020, p. 153). A escolha de uma estratégia que se

permite pautar pela ideologia burguesa, como a social-democracia, acarreta o abandono da perspectiva revolucionária e o apassivamento da classe, com uma política de conciliação que atende à manutenção da ordem e aos interesses da burguesia, mesmo com uma organização das(os) trabalhadoras(es) à frente do governo.

Contudo, foi em nome da ascensão da candidatura de Jair Bolsonaro que as cartilhas foram pejorativamente alcunhadas de “*kit gay*”, tendo suas características pedagógicas deturpadas e sendo veiculadas nas denominadas “*fake news*” (notícias falsas), o que contribuiu como um dos fatores decisivos para a vitória do candidato na eleição presidencial (RODRIGUES; SILVA, 2020). Hodiernamente, cientistas sociais sugerem que pautas referentes aos direitos humanos, nomeadas “pautas dos costumes”, vêm sendo mencionadas de forma oportunista para tirar o foco de manobras políticas voltadas à privatização, reformas previdenciárias e retirada de direitos sociais da classe trabalhadora (NOGUEIRA, PEREIRA & TOITIO, 2020, p. 16). Esse fenômeno é descrito por Nogueira, Pereira & Toitio (2020) como “cortina de fumaça”, mas pode ser igualmente substituído pela expressão do ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles (PL), que, em uma reunião ministerial de 22 de abril de 2020, comparou a estratégia utilizada pelo Ministério do Meio Ambiente na gestão do então presidente Jair Bolsonaro (sem partido), com “passar a boiada”.

Apesar da roupagem contemporânea, a lógica por trás da condenação de materiais informativos sobre o corpo e a sexualidade remonta às convicções europeias do século XIX, que alegavam que a “precocidade sexual” era prejudicial à saúde e ao desenvolvimento infantil, e levavam a práticas coercitivas, como a mutilação do clitóris de crianças e a amarração nas camas durante o período noturno para evitar a masturbação infantil (BARKER-BENFIELD, 1976; MARCUS, 1974; WEEKS, 1981; ZAMBACO, 1981 apud RUBIN, 1998).

A chegada da Sexologia no Brasil nas décadas de 20 e 40 instigou a discussão acerca da educação sexual, trazendo novas formulações para além da forte influência europeia do período. Conforme Sfair, Bittar e Lopes (2015), a tentativa de mitigação da epidemia de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) fez com que a temática passasse a ser mais amplamente discutida. Contudo, a relutância de setores conservadores e católicos, sobretudo no período ditatorial, não apenas instituiu retrocessos teóricos e práticos, como promoveu punições – como a exoneração de professoras(es) e a expulsão de estudantes (OLIVEIRA, 2009), sob prerrogativa de vínculo a “movimentos comunistas”. A luta foi retomada décadas depois, em 1960,

quando a volatilidade do jogo de forças político-econômico propiciou a ebulição de novas compreensões de gênero e sexualidade nas sociedades ocidentais. No território brasileiro, tal configuração acarretou a eclosão de mobilizações sociais na década seguinte, com o fortalecimento do movimento feminista brasileiro, consonante à luta pela autonomia sexual e reprodutiva. O período é tido como marco de formulações teóricas que fundamentaram práticas emancipatórias no campo do gênero, buscando perspectivas de compreensão da sexualidade para além da dicotomização corpo-mente.

Segundo Rubin (1998), apesar do abandono às técnicas mais cruéis, a compreensão de que o sexo por si só seja prejudicial à juventude persiste nas extensivas estruturas sociais. Nesse sentido, apesar de serem cultivadas desde a mais tenra idade, no Brasil, as práticas de coerção à sexualidade se dão de forma mais explícita durante os ensinamentos fundamental e médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, surge como forma de cuidar dessa questão, originando, dois anos depois, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997).

O documento é organizado em dez cadernos e visa proporcionar orientações para a produção de práticas pedagógicas. Entre eles, há um de educação sexual, que indica a abordagem da temática no ambiente escolar de forma transversal, contribuindo para o exercício da sexualidade nos moldes da saúde, responsabilidade e prazer. Dessa maneira, propõe-se que as atividades atravessem todas as disciplinas e níveis de ensino, inclusive, via extra programação, abarcando uma concepção ampla de sexualidade, que englobe seu caráter social, cultural e histórico (FURLANETTO et al., 2018). Furlanetto et al. (2018) aponta que esta visão sócio-histórica da sexualidade evidenciada no documento corroboram a garantia de direitos sexuais ao ressignificarem padrões vigentes de gênero, identidade e sexualidade.

Os PCN preconizam a sistematização da discussão a partir do quinto ano do ensino fundamental, ou seja, orienta-se que o tema assumira um caráter constante, promovendo maior continuidade do projeto na medida em que, a partir dessa faixa etária, entende-se que há maior abertura, curiosidade e possibilidade de diálogo acerca dessas temáticas (FURLANETTO et al., 2018; BRASIL, 1998).

Em dezembro de 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais que as(os) estudantes devem desenvolver durante as diferentes etapas e modalidades da educação básica. O principal objetivo da BNCC, portanto, é funcionar como um guia para a construção dos currículos dos sistemas e redes escolares de todo o país, sugerindo

quais as competências e habilidades esperadas das(os) alunas(os) ao longo do processo de escolarização (BRASIL, 2018). Este documento oficial funciona como sucessor aos PCN e, por ser um documento normativo, se opõe ao caráter orientador dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Vale evidenciar, ainda, o quanto a elaboração da BNCC foi marcada por embates e disputas de narrativas, com destaque para os setores conservadores da sociedade. Nesse sentido, Silva, Brancalone e Oliveira (2019), ao realizarem uma análise textual discursiva da BNCC no que tange a diversidade sexual e de gênero, chegam a três temáticas predominantes: sexualidade em sua dimensão biológica, silenciamento das questões de gênero e superficialidade no tratamento dos direitos humanos. Dessa forma, as autoras e o autor concluem, como já apontado, que este documento apresenta retrocessos quando comparado aos PCN, já que há a ocorrência de um importante silenciamento sobre os temas sexualidade e diversidade de gênero, além de um tratamento genérico e superficial dos conceitos de direitos humanos e preconceito.

Diante das disputas e contradições aqui expostas, entendemos que a censura e velamento do tema em âmbito escolar prevalece como estratégia principal. Propomos, portanto, a compreender este fenômeno, investigando o que se entende por “adolescência”: afinal, quem é esse público que se deseja controlar e, concomitantemente, ao qual se deseja censurar tais temas?

Concepções sobre adolescência e sexualidade

A compreensão da adolescência enquanto mero estágio de maturação orgânica natural do ser humano provou-se superficial e reducionista, na medida em que não somente diferentes adolescentes apresentam as mais variadas questões, demandas e formas expressivas, como a própria representação social da adolescência carrega significados construídos pelos meios social e histórico, que permeiam as relações humanas. Sob essa mesma perspectiva, Ozella e Aguiar (2008) argumentam que os discursos ideológicos que afirmam a concepção de crise atrelada ao uso do termo “adolescência”, bem como o próprio termo, servem a uma função ahistórica de velamento das contradições sociais e mediações que perpassam o fenômeno. Devido ao encadeamento essencialmente histórico, social, ideológico, de modo de produção e reprodução da vida material das atividades humanas, Aguiar, Bock e Ozella (2001),

afirmam que a adolescência é construída historicamente pelo ser humano, como representação, fato social e psicológico. Esta mesma compreensão pode ser generalizada para o conceito de “juventude”, como elucidado por Castro, Abramovay e Silva (2004). As autoras estabelecem este paralelo ao reconhecerem a existência de não apenas uma única juventude, mas sim um mosaico de juventudes, caracterizado pela pluralidade de formas de ser, estar e pensar, variando conforme atravessamentos diversos das condições de vida, cultura e identidade. A constituição das juventudes e adolescências, portanto, se dá como significado na cultura humana e na linguagem mediadora das relações sociais, e passa a ser naturalizada e universalizada, tornando-se referência dominante para a constituição do sujeito, preferencialmente de classe média e alta, excluindo demais classes que não se adequam a este paradigma.

Autores pertencentes à abordagem histórico-cultural, em especial Vygotsky (1984), superam esta dicotomia ao esboçar esta fase temporal como um período de consolidação da formação de conceitos da ordem do desenvolvimento cognitivo, que implicam diretamente na interpretação e atuação no mundo. O acesso aos novos estímulos culturais possibilita a convergência de limites e expectativas dos sujeitos em diversas esferas. As necessidades biológicas/somáticas tornam-se, assim, necessidades culturais superiores, abrindo caminhos para que aspectos que previamente limitavam-se ao nível da internalização para desenvolvimento de funções psicológicas, desvelem sua particularidade de humanização do sujeito, a partir de uma dimensão ético-política (VYGOTSKY, 1984).

É no período da adolescência que o leque social passa a ser ampliado, indo além de um núcleo familiar restrito, e possibilitando o movimento de apropriação do acúmulo cultural da sociedade no curso da história, bem como a amplificação da dialética objetividade/subjetividade na qual os significados da adolescência se entrelaçam (OZELLA & AGUIAR, 2008). Torna-se essencial, portanto, a interação com o outro, e, mormente, sob a perspectiva vygotskyana, a mediação - sob a ótica do autor, a interação entre o sujeito e o meio é sempre mediada, posto que o indivíduo não acessa a materialidade de forma imediata, mas sim a partir de sistemas simbólicos representativos da realidade (e.g a linguagem humana e ferramentas psicológicas). Não à toa, costuma ser neste mesmo período que questões relativas à sexualidade aparecem de forma mais nítida na vida dos sujeitos.

Ao compreender que a sexualidade seria inexorável à existência humana, pode-se concluir que as supracitadas tentativas coercitivas de repressão à sexualidade

realizadas para com esta população não servem ao seu propósito. Pelo contrário, ao viver experiências de gênero e sexualidade sem informação e espaços de discussão dialógica, adolescentes passam a se envolver em situações de risco e consequentes punições sem que se apropriem de suas vivências.

Ademais, entende-se que o ocultamento de sua discussão, atrelado a abordagens punitivistas da temática, promove a tonificação do patriarcado como elemento organizativo perpetuador das violências contra mulheres. Destarte, o retrocesso na política brasileira no tocante às políticas voltadas para o âmbito pedagógico-sexual tem obstaculizado a promoção de um plano de educação sexual voltado para o autocuidado, tornando a educação sexual brasileira ineficaz, distante do âmbito escolar e, sobretudo, despolitizada. Nas palavras de Rubin (1998),

(...) as formas institucionais concretas da sexualidade humana, num espaço e num tempo determinados, são produtos da atividade humana. Elas são repletas de conflitos de interesse e manobra política, tanto de natureza proposital quanto circunstancial. Nesse sentido, sexo é sempre politizado. Há, porém, períodos históricos nos quais a sexualidade é mais contestada e abertamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é efetivamente renegociado. (RUBIN, 1998, p. 100).

Recapitulando, tem-se como soma de elementos analíticos, até o momento: (1) a educação sexual é *sempre* política e, atualmente, também despolitizada; (2) não há neutralidade política quando se trata de movimentos contrários à educação sexual, visto que suas propostas atendem, obrigatoriamente, a uma agenda ideológica específica, e (3) a sexualidade - e, mormente, seu controle - é vista como categoria-chave no discurso anti-democrático, acarretando o velamento de discursos discriminatórios, como a LGBTIA+fobia e o heterossexismo.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de verificar os avanços nas ações de educação sexual no país frente à evidente escalada neoliberal, foi realizada uma revisão sistemática de literatura baseada na produção de Furlanetto et al., publicada em 2018, que objetivou a identificação das principais características, temas e profissionais responsáveis pelas ações em educação sexual nas escolas brasileiras. A pesquisa supramencionada resultou no estudo de 24 artigos empíricos publicados entre 2010 e 2016, obtidos nas fontes

virtuais Educ@, Science Direct, MEDLINE, LILACS e SciELO. Pôde-se concluir que, após aproximadamente vinte anos da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as intervenções encontradas não atendiam aos eixos preconizados pelo documento, que destaca a relevância da transversalidade de discussões acerca da sexualidade e temáticas correlatas em âmbito escolar em diferentes áreas do currículo. As autoras evidenciam, ainda, a necessidade de avanços na área ao denunciar o caráter moral e pedagógico das ações estudadas.

À vista de dar continuidade a este trabalho, o embasamento teórico da presente pesquisa se deu, primeiramente, a partir da leitura de referências internacionais com posterior afinamento para uma revisão bibliográfica com enfoque na literatura brasileira sobre o assunto. O processo de fichamento da literatura abrangeu a educação sexual de adolescentes no Brasil publicadas no indexador eletrônico “Scientific Electronic Library Online” (SciElo) entre 2017-2021.

Os descritores de interesse foram associados a partir do operador *booleano* “AND”, resultando nas combinações: “educação sexual AND escola”, e “educação sexual AND adolescentes”. Essas buscas resultaram, respectivamente, em 46 e 35 artigos, e critérios de inclusão deste projeto delimitaram a seleção de 17 deles. Os critérios de inclusão foram: (1) data de publicação; (2) localidade do estudo – diferentemente da primeira etapa do projeto, em que foram lidas referências internacionais, a prioridade da revisão se deu no debate vigente no território brasileiro; (3) abrangência do estudo – foram excluídos artigos cuja pesquisa foi realizada com recortes distintos, como o ensino de educação sexual na esfera clínica, familiar ou durante a graduação de cursos no Ensino Superior, como Enfermagem e Medicina e, por fim, (4) temática – foram excluídos artigos que se distanciassem da intersecção dos debates entre a adolescência, a sexualidade e a educação sexual como instrumento reflexivo no ambiente escolar de forma geral.

Foi realizada uma análise de conteúdo temático-categorial que, como descrito por Berelson (1952 apud OLIVEIRA, 2008), tem como função a articulação entre a superfície textual e os fatores determinantes de suas características, como variáveis culturais e psicossociais. Trata-se de uma técnica de investigação que objetiva a interpretação dos conteúdos por meio de uma descrição sistemática e quantitativa. A escolha por seu uso neste artigo se justifica pela possibilidade de construção de análises objetivas para o contexto social da educação sexual brasileira a partir de descrições analíticas feitas segundo procedimentos sistemáticos. Assim, foram avaliadas as

características da educação sexual nas escolas, das quais derivaram quatro categorias: objetivo das ações, características metodológicas-pedagógicas e temáticas abordadas nas intervenções; além da análise de quais profissionais as desenvolveram. As três tabelas abaixo expressam os resultados de cada combinação ao longo dos anos, determinando, também, o número de artigos selecionados e excluídos, pela sigla “A.S”, significando “artigo selecionado” e “A.E” para “artigo excluído”.

TABELA 1 - Resultados da combinação “adolescente AND educação sexual” entre os anos de 2017 - 2021 e número de artigos selecionados e excluídos

Tema	2017	2018	2019	2020	2021
“Educação sexual AND adolescentes”	Resultado: 10 A.S: 0 A.E: 10	Resultado: 10 A.S: 1 A.E: 9	Resultado: 3 A.S: 0 A.E: 3	Resultado: 5 A.S: 1 A.E: 4	Resultado: 7 A.S: 0 A.E: 7
TOTAL: 35 TOTAL DE ARTIGOS SELECIO- NADOS: 2					

Fonte: Autoria própria (2023).

TABELA 2 - Resultados da combinação “educação sexual AND escola” entre os anos de 2017 - 2021 e número de artigos selecionados e excluídos

Tema	2017	2018	2019	2020	2021
“Educação sexual AND escola”	Resultado: 9 A.S: 4 A.E: 5	Resultado: 7 A.S: 1 A.E: 6	Resultado: 10 A.S: 2 A.E: 8	Resultado: 8 A.S: 2 A.E: 6	Resultado: 12 A.S: 6 A.E: 6
TOTAL: 46 TOTAL DE ARTIGOS SELECIO- NADOS: 15					

Fonte: Autoria própria (2023).

Após o estabelecimento dos critérios objetivos para inclusão ou exclusão dos materiais, os dados foram organizados em uma planilha contendo a categoria, a plataforma em questão, o ano de publicação, a referência das(os) autoras(es), o título da pesquisa, o objetivo e o método. A seleção foi feita por meio de uma avaliação por pares e os textos foram lidos integralmente e fichados de acordo com as categorias de combinação. Os fichamentos englobaram perguntas diretivas, que visaram delinear o viés do material bibliográfico, dentre as quais: o recorte etário da pesquisa; a concepção de adolescência adotada pela autora ou autor; conteúdos e temas tratados na proposta e a intencionalidade da função do artigo: se era um material lúdico, informativo ou reflexivo. A análise de dados investigou as características e formatos principais das intervenções, promovendo a discussão de três temáticas que surgiram com alta frequência nas publicações: (1) dispositivos, estratégias e intervenções em educação sexual, (2) narrativas de sofrimento e invisibilização de classes oprimidas, em especial a população LGBTQIA+ e (3) levantamentos de conhecimento acerca da saúde sexual entre adolescentes, primordialmente acerca de ISTs.

Resultados

Dos 17 materiais de literatura analisados, foi notável a divisão em três tendências: a não-conceituação da adolescência, a conceituação naturalizante e a conceituação desnaturalizante.

Em termos quantitativos, nove artigos não conceitualizam a adolescência de forma alguma, compreendendo-a de forma dada e inquestionada, corroborando uma análise universalizante dos sujeitos, que é estendida às(aos) leitoras(es) de forma irreflexiva. Outros cinco artigos apresentam uma caracterização naturalizante da adolescência, dividida em duas vertentes argumentativas: algumas pautaram-se na argumentação cronológica, que compreende a adolescência a partir de marcadores etários, baseando-se em uma perspectiva desenvolvimentista, e variando entre citações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou do Estatuto da Juventude; outras, fizeram uso de descritores orgânicos gerais, trazendo a adolescência como um período de “crise”, “maior envolvimento genital”, “transição entre infância e idade adulta”, “mudanças biopsicossociais” e “transformações anatômicas, biológicas e fisiológicas”. Ademais, um dos artigos complementou sua argumentação mencionando que os adolescentes seriam, segundo o

ECA, sujeitos de direitos, incluindo o sexual. Apenas três artigos apresentaram descrições discrepantes (Campos et al., 2017; Matta, 2021; Freitas et al., 2021). Freitas et al. (2021), fundamenta-se em uma perspectiva classista e trata as classes sociais à luz de Bourdieu, tomando-as como marcador fundante do fenômeno, na medida em que considerar fatores etários e biológicos limita a complexidade de suas dimensões. Em suas palavras,

(...) entender adolescência e juventude requer uma compreensão mais ampla do que considerar aspectos cronológicos da idade. O termo “juventude”, sociologicamente, apresenta algumas perspectivas. Pais (1990) propõe a classificação em correntes, sendo a geracional, que privilegia fatores etários e aspectos biológicos, aproximando-se de uma dimensão mais universalista dos jovens, e outra, a classista, que assume a juventude como um fenômeno influenciado pelos marcadores sociais de inserção dos jovens em diferentes classes sociais, experiências de vida e formas de integração social (...) Outras perspectivas se apresentam na forma como os jovens se inserem no mundo e nas práticas e projetos de vida vinculados aos sentidos dados à vida e às relações sociais estabelecidas nos diversos contextos. (FREITAS *et al.*, 2017).

Campos *et al.* (2017), aprofunda a análise, utilizando o termo “adolescências” e explorando as dimensões históricas e culturais da etapa, compreendendo-a como forma de vivenciar. Menciona, também, o papel ideológico de camuflagem da realidade e das contradições sociais que mediam o fenômeno, denunciando a universalização e naturalização da adolescência. Segundo as autoras,

A adolescência é uma fase da vida marcada por transformações físicas, psicológicas e sociais, singularizadas pelos contextos social, histórico e cultural, sendo, portanto, muitas as formas de vivenciar esta etapa. Desta maneira, é mais adequada a utilização do termo adolescências. (...) cada adolescente é singular, tem sua própria história, sua forma de ser e estar no mundo.” (CAMPOS *et al.*, 2017).

De forma geral, houve predominância de formatos tradicionais de método. Em sua maioria, as estratégias dos materiais analisados utilizaram-se de questionários semi-estruturados com uma parcela específica de estudantes de uma ou mais escolas - de forma geral, estudos que analisaram mais de uma escola, aplicavam os testes em escolas particulares e públicas, buscando compará-las. Parte deles era aplicada por profissionais da saúde, como enfermeiras.

No que tange a experimentação virtual, apesar do crescente uso e relevância devido ao fenômeno de globalização, apenas dois materiais fizeram uso de suas

capacidades. O primeiro, denominado “O uso do *Facebook* na aprendizagem em saúde: percepções de adolescentes escolares“ (ARAGÃO et al., 2018), teve como participantes 96 adolescentes - 45 do sexo masculino e 51 do sexo feminino - que estivessem cursando o 9º ano do Ensino Fundamental ou o 1º ano do Ensino Médio, tendo, em média, 15 anos de idade. O estudo se deu tanto em uma escola pública, quanto em uma escola particular, ambas em Fortaleza (CE). A estratégia se deu através de uma intervenção educativa mediada pela rede social Facebook, e foi posteriormente analisada a partir da netnografia. Como resultado, obteve-se o dado de que a percepção de adolescentes escolares acerca do uso da mídia social Facebook como ferramenta para a aprendizagem em saúde sexual foi positiva.

Já a experiência retratada no artigo “DECIDIX: encontro da pedagogia Paulo Freire com os serious games no campo da educação em saúde com adolescentes” (MONTEIRO, 2018), apresenta o uso de um jogo digital desenvolvido em um núcleo de estudos acerca da vulnerabilidade e saúde na infância e adolescência, cujo propósito é o entretenimento vinculado ao aprendizado significativo. O material foi o único que introduziu um planejamento coletivo, na medida em que o jogo se dava no espaço da sala de aula, de forma grupal. A jogabilidade da plataforma simula a interface de um aplicativo virtual de mensagens instantâneas, no qual um personagem pode iniciar um diálogo com um dos contatos disponíveis sobre situações afetivo-sexuais que estejam vivenciando. O grupo representa o contato, responsável por discutir e escolher os melhores caminhos de continuidade da história. São trabalhados temas como a gravidez não planejada, a contracepção, sexualidades e gêneros. Ao final, a turma é encarregada de reconstruir a história contada por um viés crítico (MONTEIRO, 2018).

A relevância do uso de plataformas digitais é justificada em ambos os textos, devido ao uso cotidiano das redes na vida das(os) adolescentes, considerado “indispensável”. É apontado, também, que diversas circunstâncias ocorrem no meio virtual, e seria, portanto, relevante trabalhar em cima delas de forma direta. Aragão et al. (2018) salientam, a partir de relatos, que uma parcela dos estudantes se sente “mais à vontade” na comunicação em grupos secretos no Facebook do que na sala de aula. Considerando a diferença metodológica, Monteiro (2018) aponta o impacto positivo decorrente da promoção de um ambiente “motivador, associado à construção de conhecimentos e experiências relevantes”.

Contudo, as intervenções documentadas seguem sendo pontuais, apartando-se de uma programação contínua, e geralmente ocorrendo por profissionais não registrados na escola.

Nota-se, ainda, a perpetuação da baixa formação de professores e raro acesso aos documentos oficiais que tratam de tópicos como gênero e sexualidade. Na revisão realizada neste estudo, observa-se que apenas um artigo propôs-se a discutir de forma aprofundada a formação de profissionais da educação e pedagogia, pontuando as possibilidades e desafios no setor (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Verificou-se, também, que, de forma geral, os programas de educação sexual não contemplam grupos de diversidade. Compreende-se, assim, que o grupo de adolescentes LGBTQIA+, cujas figuras de identificação são mais escassas neste período, apresenta maior sofrimento devido à falta de um olhar para a diversidade e a carência de materiais sobre a temática. A discriminação de grupos de variabilidade de gênero e/ou sexualidade configura um determinante social, na medida em que pode acarretar a evasão escolar, o rompimento com possíveis vínculos familiares e comportamento suicida (SILVA, 2021). Matta *et al.* (2021) corroboram esta análise ao evidenciarem que o desvio à heteronormatividade é correlacionado ao menor engajamento em comportamentos de autocuidado à saúde, principalmente devido a negligência em atendimentos de serviços de saúde, seja por preconceito ou pela inadaptação de formação que leve em conta a diversidade.

Segundo Cavaleiro (2006), as escolas apresentam um descompasso frente aos avanços teóricos em relação às temáticas de gênero e sexualidade ao adotarem posturas conservadoras e normativas. Para a autora, o ambiente escolar se torna um instrumento impulsionador da normatização da heterossexualidade, delimitando uma dicotomia de gênero.

Por outro lado, foi possível analisar uma produção massiva tanto de pesquisas quanto estratégias e campanhas voltadas à saúde sexual. Como formulado por Furlanetto *et al.*, o legado das conferências realizadas no Cairo e em Pequim na década de 1990 possibilitaram um direcionamento maior para o olhar relativo à saúde sexual e reprodutiva, facilitando ações voltadas para o planejamento familiar, métodos contraceptivos e demais temas (MORAES; VITALLE, 2015; TAQUETTE, 2013 apud FURLANETTO ET AL., 2018). Contudo, foi possível observar uma análise mais tradicional, como foi o caso de estudos como os de Brum, Motta e Zanatta (2019), Almeida (2017) e Genz (2017), que buscaram um diagnóstico analítico do

conhecimento de adolescentes voltado para as Infecções Sexualmente Transmissíveis, AIDS e gravidez. Almeida (2017) promoveu um estudo qualitativo e descritivo que buscava, por meio de entrevistas semiestruturadas e formulários para caracterização dos participantes, compreender seu conhecimento acerca das temáticas mencionadas, além da noção sobre o papel da escola na educação sexual. Foram entrevistados vinte e dois adolescentes entre 16 e 19 anos, estudantes do Ensino Médio de uma instituição pública. O último estudo mencionado teve caráter quantitativo, com uma amostra de 532 adolescentes entre 10 e 19 anos, que responderam um questionário individual sobre a temática de ISTs, posteriormente analisadas por um programa. Apesar da importância de um mapeamento acerca de quais conhecimentos as(os) adolescentes têm sobre a saúde sexual, ainda se mostram insuficientes as ações diretivas em relação aos temas tradicionais e, ainda, um olhar mais amplo sobre a forma como essas questões as(os) atravessam, principalmente no que tange às(aos) adolescentes LGBTQIA+, cujo conhecimento acaba sendo restringido, visto que as informações acerca de gravidez, ISTs e contraceptivos costumam ser atravessadas por olhares cisheteronormativos⁴.

Discussão - a dessexualização e descorporização: críticas para a construção de bases escolares férteis

Diante do exposto, questiona-se quais bases podem sedimentar a construção de um projeto democrático de educação sexual, voltado à autonomia. À luz de Louro (2019), em sua publicação “O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade”, a sexualidade, bem como seu ensino, é atravessada por inúmeros fatores, como territorialidade, nacionalidade, classe, raça, etnia, geração, entre outros. A autora argumenta que a categoria é associada a um assunto pessoal, íntimo e particular, que só deve ser compartilhado – quando muito – com as(os) parceiras(os) afetivos, afastando a dimensão social da pauta e esvaziando seu caráter político por meio de uma

⁴ A cisheteronormatividade é a aglutinação entre os sistemas de naturalização da heterossexualidade e da cisgeneridade, os quais se retroalimentam a partir da perspectiva binária e essencialista de gênero e sexualidade. Trata-se de uma normatização da heterossexualidade como o padrão relacional considerado “correto”, bem como da cisgeneridade como a identidade de gênero “natural”, uma vez que é pautada por referenciais biológicos. Essa estrutura se alimenta da ordem do capital e sustenta a opressão patriarcal e LGBTIA+fóbica ao jogar à margem a diversidade afetivo-sexual e identitária, tornando-as “desviantes” e invisibilizadas. A partir da cisheteronorma, são construídos padrões sociais e morais do que significa ser homem ou mulher e, ainda, regulações que negam os desejos e experimentações afetivo-sexuais.

naturalização da vivência de sexo e gênero. Trata-se de uma universalização da corporeidade, na produção da verdade, no sentido foucaultiano, de que todos vivam seus corpos da mesma maneira: como se a sexualidade fosse natural à essência humana, e não historicizada e pluralizada. A autora chama a atenção para a contradição entre o discurso de inatismo da sexualidade e a necessidade de constante vigilância desta, especialmente no ambiente escolar. Esse retrato é ilustrado pelo controle de vestimentas, pela proibição de afetos, pela culpa e vergonha vinculadas a processos como a menstruação, articulados à produção da cisheteronormatividade.

É preciso dizer, pois, que a educação sexual brasileira é ineficaz, e não inexistente. Mesmo na ausência de um programa de educação sexual nos Ensinos Fundamental e Médio, a aprendizagem e a construção desta ocorrem por meio de diversas instituições de poder que ensinam concepções e formas de viver a sexualidade, como é o caso das mídias de comunicação, a família, o Estado burguês, a pornografia, a igreja e a própria escola. Nas palavras de Louro (2019),

Revista
Dive

Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. (LOURO, 2019).

A vigilância acima mencionada é um sintoma da escolarização burguesa do corpo: sua construção é vinculada à adequação cultural, moral e altamente generificada, que leva em conta padrões de opressão estética e higiênica, concatenados, nas palavras de Louro (2019), em uma “instituição de desigualdades”.

Toitio (2017) versa sobre a rápida usurpação de bandeiras de movimentos reivindicatórios pela emancipação sexual por parte de grandes grupos econômicos ao redor do globo. Segundo o autor, a criação de um nicho de mercado voltado para a diversidade vai desde a expansão da indústria pornográfica até produtos e serviços específicos para as populações em questão. O apoderamento do sexo como meio de consumo obnubila o movimento de resistência, provocando contradições de difícil superação. Tomando a pornografia como exemplo, vê-se o impulsionamento do lucro de grandes empresas, na mesma medida em que se observa a violação e exploração de

atrizes pornográficas. A principal motivação para o consumo desses conteúdos é, justamente, o interesse de ver e aprender posições/situações, sentir prazer individual e gozar de estímulos visuais como válvula de escape em casos de situações incômodas, como desilusões afetivas ou solidão. Na ausência de uma educação sexual efetiva, o consumo de corpos, vendidos como mercadorias (o termo ‘mercadoria’ aqui empregado refere-se à concepção marxista da palavra), tornam-se o ambiente de aprendizagem da sexualidade.

Assim, Júnior (2011) alerta para as dificuldades do pensar-educacional acerca da sexualidade em uma sociedade que vive o imperativo da busca pelo lucro. Lecionando violências e coerções de gênero, conteúdos extracurriculares atravessam o imaginário da população brasileira como as “verdades” do sexo – como devem se portar, sentir e mesmo “performar” durante as vivências sexuais. Segundo o autor, o desprendimento de amarras e a autêntica emancipação poderão ser alcançadas, com maior grau de segurança, quando o indivíduo estiver consciente “do lugar do corpo e da sexualidade na constituição de si e nas relações sociais” (JÚNIOR, 2011, p. 02).

Tem-se, assim, a centralidade da sexualidade em todas as esferas sociais, em contraposição à tentativa de dessexualização do espaço escolar (LOURO, 2019). A definição da autora complementa a proposição de hooks (2019) acerca da “descorporização” vivida no ambiente acadêmico, fruto do dualismo metafísico que aparta corpo e mente. hooks confronta a pressuposição de uma educação neutra isenta de bases emocionais e argumenta que a conscientização crítica só pode ocorrer se vinculada a uma educação recheada de paixão – ou, em suas palavras, “eros”. Enquanto Louro revela os efeitos produzidos por uma escola que promove a dessexualização – como, por exemplo, a desinformação acerca da autonomia corporal e do consentimento, que pode levar à ausência de denúncia frente a uma situação de abuso sexual – hooks articula o papel significativo do compromisso de educadoras(es) com a educação para a transformação. Trata-se, assim, de uma concepção que sexualiza, não no sentido objetificador da palavra, mas sim no sentido emancipador, o espaço escolar, e corporifica alunas(os) e profissionais da educação, dando-lhes, para além do que é categorizado como “mente”, um corpo capaz de produzir vivências significativas em relação ao processo pedagógico.

Apesar do alicerce governamental de incentivo às práticas de ensino da sexualidade, preconizado no décimo volume de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental (Brasil, 1997), o que se averigua é que a educação

sexual, realizada em prol da diminuição da desinformação acerca da temática, é pouco consolidada no país. O que é evidenciado na elaboração da BNCC (SILVA; BRANCALEONE; OLIVEIRA, 2019). Pouco é discutido acerca da sexualidade, da adolescência e do ambiente escolar enquanto terreno fértil para o desenvolvimento da educação sexual. Esta última objetiva a ruptura com a cristalização da heteronormatividade e cisnormatividade em prol da formação de indivíduos conscientes e combativos frente à sua predominância histórico-cultural (DINIS; ASSINELLI-LUZ, 2007). Cabe, portanto, ao Estado, realizar um plano de educação e orientação sexual que construa o conhecimento juntamente com o corpo estudantil pré-adolescente e adolescente.

É na necessidade de condições concretas para o desenvolvimento cognitivo que o ambiente escolar irrompe enquanto meio propício para esta mediação, visto que promove o ensino do pensamento conceitual. A escola, que surge enquanto instrumento de construção da ordem democrática (SAVIANI, 2017), não apenas coloca o indivíduo em contato com o conhecimento historicamente acumulado, mas também o desafia a tomar consciência de seus próprios processos mentais - entre eles, a sexualidade humana e a educação sexual.

Complementarmente, Kahhale (2009) chama a atenção para a indispensabilidade da adoção de uma compreensão histórica da sexualidade que abarque seu caráter de complexidade simbólica e social de expressão de identidade, vivência e intimidade. Rompe-se com os paradigmas do senso comum e com o tradicional vínculo ao ato sexual genital, tendo em vista que se apreende a sexualidade como fruto do movimento social dialético (KAHHALE, 2002).

Para o pensar prático, por sua vez, entende-se que um bom ponto de partida é a observação do formato das orientações, e as trocas (ou ausência delas) entre alunas(os) e educadoras(es). Em sua publicação “Curiosidade, sexualidade e currículo”, Britzman (2019) resgata o estudo de Bastien, um pesquisador canadense que apresentou em 1988, durante a Conferência Sobre HIV-AIDS, um estudo acerca da abordagem pedagógica utilizada no Ensino Médio, quando se introduzia a temática de ISTs – mais especificamente, o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS). A análise do autor foi de que a discussão da temática provocava respostas esperadas, classificáveis nas categorias de “certo” ou “errado”, devido ao modelo de ensino, que era sempre vinculado à avaliação dos

sujeitos. As aulas, conteudistas e meramente expositivas, seguiam um paradigma positivista, em detrimento de uma discussão ética e humanizada acerca da sexualidade.

Uma análise posterior de Britzman (2019) sobre o diálogo com estudantes acerca da temática aponta para a necessidade de cotidianizar a pedagogia do sexo seguro, distanciando-a de um tópico estrangeiro. A autora sintetiza sua proposta ao mencionar que “(...) devemos estar dispostas a fazer uma exploração, a criar a coragem política necessária quando tentamos aproximar o sexo e a educação” (BRITZMAN, 2019, p. 117).

Ademais, a negligência à adolescentes LGBTIA+ exposta nos resultados, expressa especialmente pela (1) escassez de materiais sobre a temática, não contemplando temáticas relevantes ao grupo e (2) exploração continuada de conteúdos normativos, está diretamente relacionada ao sofrimento vivido por essa população.

O adoecimento da juventude LGBTIA+ decorrente da violência truculenta impulsionada pela cisheteronorma capitalista exige a invenção de estratégias de cuidado. É na estrutura patriarcal que a ética do cuidado é deturpada, ao ser utilizada como um instrumento organizativo da opressão das mulheres ao delegar à elas a responsabilidade pelo cuidado integral da comunidade – desde o ambiente doméstico até relações familiares e conjugais (GILLIGAN, 2011). Convoca-se, assim, o empréstimo da concepção de “autocuidado” de Audre Lorde (1988), autora feminista, lésbica e negra, como uma tática de resistência imprescindível à população. Sob sua perspectiva, o autocuidado, além de vinculado a um exercício de autopreservação, é demarcado pela sua função política, coletiva e de resistência. O cuidado próprio de grupos à margem da sociedade faz frente aos valores antiLGBTIA+fóbicos, subvertendo o cuidado como uma ação política contracultural que atua como um respiro à violência vivida por corpos subalternizados e propondo uma efetiva transformação social (GILLIGAN, 2011).

Argumenta-se, portanto, que os planos de educação sexual sejam respaldados por estratégias permanentes de educação e comunicação, intermitentemente revisadas quanto à manutenção de sua coerência em seu momento histórico, considerando-se o processo dialético de transformação social. Deve-se ter em mente que a elaboração de leis e políticas descoladas de um projeto de sociedade de fato revolucionário são insuficientes para a garantia e respeito aos direitos sexuais em uma macroesfera. Em outras palavras, deve-se inserir as demandas socioculturais na ordem do dia das políticas sociais (CASTRO-ESPÍN, 2012). Assim, sustenta-se que a educação sexual

deve ocorrer desde a infância, rompendo com a estrutura patriarcal, classista, racista e LGBTIA+fóbica, atrelada a um projeto efetivamente emancipatório.

Considerações Finais

Por fim, consideramos que os dados coletados nesta pesquisa indicam a perpetuação da análise realizada por Furlanetto *et al.* (2018), de que há uma incongruência entre a proposta dos documentos de PCN, que objetivam a transversalidade das discussões em âmbito escolar em diferentes áreas do currículo e via extra programação, e as intervenções realizadas nas escolas brasileiras. As intervenções documentadas seguem sendo pontuais, apartando-se de uma programação contínua, e geralmente ocorrendo por profissionais não registrados na escola. Mantem-se, da mesma forma, a consideração final de que professoras(es) têm apresentado baixa formação e raro acesso aos documentos oficiais que tratam de tópicos como gênero e sexualidade.

Os programas de educação sexual não contemplam grupos de diversidade, que, principalmente no período da adolescência, sofrem sem figuras de identificação. Compreende-se, assim, que o grupo de adolescentes LGBTQIA+ apresenta maior sofrimento devido a falta de um olhar para a diversidade e a escassez de materiais sobre a temática. Como apresentado nos resultados, é possível observar que esse sofrimento se materializa, entre outros fatores, pelos maiores índices de evasão escolar, enfraquecimento de redes de apoio familiar e comportamento suicida (Silva, 2021). Matta *et al.* (2021) corroboram esta análise ao evidenciarem que o desvio à heteronormatividade é correlacionado ao menor engajamento em comportamentos de autocuidado à saúde, principalmente devido a negligência em atendimentos de serviços de saúde, seja por preconceito ou pela inadaptação de formação que leve em conta a diversidade.

Defende-se a viabilização de acesso a políticas públicas de saúde e apoio psicossocial como demarcações de cuidado à essas populações. Entende-se, também, que a demonstração de respeito e afeto nos ambientes familiar e escolar atuam como importantes fontes de suporte às(aos) adolescentes, fortalecendo os espaços de cuidado e permitindo a construção de projetos de vida emancipatórios.

Futuras pesquisas devem ter como horizonte a investigação e criação de práticas integrativas que discutam as temáticas referentes à diversidade, capazes de produzir

sentidos que não apenas contemplem todas as populações, mas que promovam a reflexão, combatendo a discriminação de gênero/orientação sexual. A autoaceitação é outro fator fundamental a ser esmiuçado, na medida em que favorece a afirmação do adolescente perante o pensamento normativo, promovendo conforto, empoderamento e luta pelo respeito aos seus direitos e alteridade.

Não se pode perder de vista que é função da educação encorajar o processo contra-alienante, produzindo sujeitos que constroem a si mesmos e se humanizam pelo trabalho, tomando consciência de si próprios e do mundo. Dessa forma, entendemos como urgente a ruptura com a educação sexual tradicional e hegemônica, em prol da construção de um olhar de autocuidado que abranja, também, grupos de diversidade sexual e de gênero.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Garcia Mary; SILVA, Lorena Bernadete. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ALMEIDA, Rebeca Aranha Arrais Santos et al. Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 2017, v. 70, n. 5, pp. 1033-1039. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0531>>

ARAGÃO, Joyce Mazza Nunes et al. The use of Facebook in health education: perceptions of adolescent students. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 2018, v. 71, n. 2, pp. 265-271.

BONA JUNIOR, A. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. *Filosofia e Educação*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 18–43, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635448>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> >

BRITZMAN, Deborah. “Curiosidade, sexualidade e currículo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.

BRUM, Maria Luiza Bevilaqua, MOTTA, Maria da Graça Corso da e Zanatta, Elisângela Argenta. Bioecological systems and elements that make adolescents vulnerable to sexually transmissible infections. *Texto & Contexto - Enfermagem*

[online]. 2019, v. 28.. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0492>>

CAMPOS, Helena Maria *et al.* Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes. *Saúde em Debate*, v. 41, n. 113, p. 658–669, abr. 2017.

CASTRO-ESPÍN, Mariela. O processo de configurar a educação sexual como política social em Cuba: 1959-2003. *Revista Latinoamericana de Medicina Sexual - ReLAMS* Volume 01. Número 03. (2012). Disponível em: <https://www.slamsnet.org/relams/pdf/relams-2012-3-6_pt.pdf>

CAVALERO, M. Cristina. A Escola em movimento: Feminilidades homossexuais, identidades, pertencimento e exclusão. In: *Anais da 29ª Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu, MG: Anped, 2006. Disponível em: < http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/GT03-2589--Int_0.pdf >

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educ. Rev.*, Curitiba , n. 30, p. 77-87, 2007.

FREITAS Sandra, Bermúdez; XIMENA, Pamela Díaz e MÉRCHAN-HAMANN, Edgar. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. *Saúde e Sociedade* [online]. v. 30, n. 2, 2021.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Angela Helena. Educação Sexual em escolas brasileiras: Revisão sistemática da literatura. 2018. *Cadernos de Pesquisa* v.48 n.168 p.550-571.

GENZ, Niviane *et al.* Sexually transmitted diseases: knowledge and sexual behavior of adolescents. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online]. 2017, v. 26, n. 02. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072017005100015>>

GILLIGAN, Carol. *Joining the Resistance*. Cambridge: Polity Press, 2011.

GOMES DE LIMA, Iana.; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–17, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15290.053. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15290>.

HOOKS, bell. “Eros, erotismo e o processo pedagógico”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, Ana Mercês. Bahia.; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

- KAHHALE, Edna Maria Severino Peters (2009). Orientação sexual na adolescência: uma experiência com jovens da escola pública. In: Bock, Ana Mercês Bahia (org.) *Psicologia e o compromisso social*. - 2. ed. rev. - São Paulo: Cortez, p. 333-345.
- LAGE, Daniel et al. “Elos da Estratégia Democrático-Popular com a Social democracia: a Atualização do Estado Burguês” In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- LORDE, Audre. *A Burst of Light: Essays by Audre Lorde*. New York: Firebrand, 1988.
- LOURO, Guacira Lopes (org) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.
- MATTA, Thenessi Freitas et al. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2021, v. 37, n. 11.
- MONTEIRO, Rosana Juliet Silva et al. DECIDIX: encontro da pedagogia Paulo Freire com os serious games no campo da educação em saúde com adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2018, v. 23, n. 9.
- NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- Oliveira, D. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista enfermagem UERJ*, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.
- OZELLA, Sergio & AGUIAR, Wanda Maria Junqueira (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 97-125.
- RODRIGUES, José Rafael Barbosa e SILVA, Josenilda Maria Maués da. Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise. *Educar em Revista* [online]. 2020, v. 36 e 75686. Epub 21 Dez 2020. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75686>.
- RUBIN, Gayle - *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* In Peter Aggleton, Richard Parker (org) *Culture, Society and Sexuality A Reader*. London: eBook Published 15 December 1998, 1st Edition Imprint Routledge. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203020173>, Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e Revisão de Miriam Pillar Grossi: *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*.
- SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2017, vol.21, n.3, pp.653-662. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175 353920170213000>.
- SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*

[online]. 2019, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555. Disponível em: <
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051/9461> >

SILVA, José Carlos Pacheco da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 07.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Agência de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Educar em Revista* [online]. 2019, v. 35, n. 73.

SOUZA, Elaine de Jesus. Educação sexual “*além do biológico*”: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Porto Alegre, 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TOITIO, Rafael Dias. “Um marxismo transviado”. *Cadernos cemarx*, nº 10 – 2017.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Revista
Diver  **idade**
e Educação

Recebido em abril de 2023.
Aprovado em agosto de 2023.